

ENTRE A UTOPIA E A REALIDADE

Luiz Carlos Bresser-Pereira

Resenha do livro *Alternativa Comunitária: Um Caminho para o Brasil*, de André Franco Montoro, publicada na *Folha de S.Paulo*, 7.11.1982.

Através de seu último livro o Senador Franco Montoro volta a tratar do tema político que sempre o dominou desde o início de sua vida pública: o da participação comunitária. Pode-se, portanto, discordar de suas posições, mas não se pode negar-lhe coerência e persistência.

Ainda nos anos quarenta, na Ação Católica, e depois com a criação do Partido Democrata Cristão, o pensamento dominante, sob a influência de Maritain, de Mounier, de Sturzo, de Alceu Amoroso Lima, e, antes de mais nada, das próprias encíclicas sociais, era o da busca de uma terceira via entre o comunismo e o capitalismo. O comunitarismo, ou seja, a descentralização e a participação comunitária em todos os níveis da sociedade, surgiu assim como uma solução natural, que o jovem André Franco Montoro adotou com entusiasmo. Agora, em plena maturidade, ele continua fiel às suas idéias básicas da juventude: “Se não aceitarmos essa centralização estatal, também não podemos aceitar o modelo individualista, que, erigindo a competição em critério de convivência social, acabe por submeter toda a vida social às exigências do lucro... Em substituição ao modelo concentrador de poderes, recursos e riquezas, defendemos uma alternativa comunitária, caracterizada pela descentralização de competências e de recursos, mediante o fortalecimento das comunidades intermediárias” (p.19 a 23).

Alternativa Comunitária: Um Caminho para o Brasil não pretende, entretanto, ser um livro teórico. Só o primeiro capítulo, constituído por uma conferência do autor com o título do livro, tem esse caráter. Os demais capítulos procuram mostrar, de um lado, o engajamento efetivo do Senador Montoro com a idéia através dos inúmeros projetos de lei que apresentou, e de outro a possibilidade prática da alternativa comunitária através do relato de experiências

comunitárias em administrações municipais, em associações de moradores, cooperativas, em jornais, em movimentos sociais os mais diversos.

O livro, publicado neste momento, é naturalmente também um dos instrumentos da campanha do autor – da mesma forma que sua *Proposta de Governo* – pelo governo de São Paulo. Mas independentemente deste fato, é um documento importante e sugere o reexame do problema do idealismo e da primazia dos valores éticos na atividade política.

A preocupação em descrever experiências reais deriva da dúvida sempre presente quanto à viabilidade prática dessas propostas. Os cientistas sociais conservadores ou marxistas tendem sempre a ver com desconfiança afirmações como; “em lugar de ‘objeto’, ‘inconsciente’ e ‘passivo’, o homem pode atuar como ‘sujeito, consciente’ e ‘ativo’ na vida social. Pode deixar de ser número, mercadoria, ficha ou peça, para agir como pessoa inteligente, livre e responsável dentro da comunidade a que pertence” (pag.21).

A rigor, esta é uma posição utópica, na medida em que, efetivamente, o homem é muitas vezes uma mercadoria ou um número. Mas uma das características fundamentais do pensamento do século XX é a recuperação da utopia. Para a Escola de Frankfurt, por exemplo, a racionalidade dos meios, que está presente na obra de Marx e de Weber, é perigosa porque pode levar a várias formas de mascaramento da repressão. Em seu lugar, o que se propõe é uma racionalidade de fins, em que o elemento ético seja fundamental.

Em qualquer hipótese, se no campo da ciência social e da filosofia, o debate sobre o idealismo e o realismo terá sempre que ser travado, no campo da atividade política não resta outra alternativa senão uma visão basicamente utópica, ainda que realista. Porque se ficarmos apenas com o realismo, poderemos nos perder nos mais variados tipos de cinismo.